



A (In)visibilidade do patrimônio histórico e cultural: um estudo sobre o patrimônio do município de Rio Grande

Rafael Branco da
Silveira¹

Vivian da Silva
Paulitsch²

¹ Graduado em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

E-mail: rafa_brancors@hotmail.com

² Professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: vpaulitsch@gmail.com

Nota de Pesquisa

The (In) visibility
of historical and
cultural heritage: a
study on the
patrimony of the
municipality of Rio
Grande

DOI: 10.12660/rm.v8n12.2017.65917

Resumo:

O presente trabalho objetiva investigar a invisibilidade do patrimônio histórico e cultural do município de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente o edifício da Delegacia da Polícia Federal, analisando e elencando os fatores responsáveis pelo seu desconhecimento. Com base numa pesquisa de cunho histórico, arquitetônico, cultural e social propõe-se uma mediação cultural a ser realizada no edifício cuja finalidade é despertar um olhar atento acerca do patrimônio, instigando o sentimento de pertencimento na comunidade riograndina.

Palavras-chave: Patrimônio, Mediação cultural, Educação patrimonial.

Abstract:

The present work aims to investigate the invisibility of the historical and cultural patrimony of the municipality of Rio Grande, state of Rio Grande do Sul, more specifically the Federal Police Station building, analyzing and listing the factors responsible for its ignorance. Based on a research of historical, architectural, cultural and social nature, a cultural mediation is proposed to be carried out in the building whose purpose is to awaken a careful look at heritage, instigating the feeling of belonging in the community of Rio Grande.

Keywords: Patrimony, Cultural mediation, Patrimonial education.

Introdução

Localizado no centro histórico do município do Rio Grande³, estado do Rio Grande do Sul, o edifício da Delegacia da Polícia Federal, tombado pelo Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), suscita uma invisibilidade que transcende o seu aspecto físico/material, mas, sobretudo, permanece insipiente mesmo após o tombamento para a comunidade riograndina, de ordem histórica, arquitetônica, artística, cultural e sociológica. Nesta perspectiva, a pesquisa visa investigar a historicidade da edificação e suas contribuições na construção e formação da história, da cultura, da memória e da identidade do município. Ademais, objetiva estudar e analisar os fatores que justificam o desconhecimento da população acerca deste imponente edifício, propondo por intermédio da mediação cultural e da educação patrimonial dar visibilidade a edificação. Ressalta-se que a pesquisa acerca deste patrimônio está na sua primeira etapa, contemplando um período de seis meses. Neste período, promoveu-se a coleta de dados históricos e arquitetônico, bem como entrevistas com funcionários que atuaram na edificação.

O Edifício: um estudo do patrimônio histórico e cultural

Construído em estilo Historicista⁴, o edifício (Figura 1), no qual hoje atua a Delegacia da Polícia Federal, pertencia a Delfino Lorena de Souza, engenheiro e presidente da câmara de comércio da cidade do Rio Grande nos anos de 1851 e 1852. A autoria do engenheiro responsável pela construção deste prédio ainda é desconhecida, em função da escassez de fontes e documentos. No entanto, devido à grande complexidade da construção, da minuciosidade de seus detalhes e do período em que fora erguida, pressupõe-se que sua autoria seja atribuída a Theo Wiederspahn, arquiteto responsável pela construção de importantes edificações na vila operária da Fábrica têxtil *Rheingantz*⁵.

³ O município do Rio Grande está localizado na planície costeira atlântica do Rio Grande do Sul, junto ao ecossistema oceânico costeiro lacustre e lagunar-estuariano, sendo este formado pela Lagoa Mirim e zona estuarina da Lagoa dos Patos. O território do município compreende uma faixa de terras baixas, na restinga do Rio Grande, a sudoeste da desembocadura da Laguna dos Patos. Está situado ao sul do Trópico de Capricórnio, sujeito a condições climáticas temperadas brandas, com forte influência oceânica. Limita-se ao norte com o município de Pelotas e Laguna dos Patos. Fonte: PAULITSCH, Vivian S. *Rheingantz: uma vila operária em Rio Grande*. 1ed, Rio Grande: ed. da FURG, 2009.

⁴ Para a análise arquitetônica da edificação, a pesquisa debruçou-se na perspectiva do arquiteto brasileiro Günter Weimer, o qual conceitua o Historicismo como um estilo arquitetônico predominantemente empregado durante o século XIX e a primeira metade do século XX e que se caracteriza pelo uso de uma linguagem extraída de realizações pretéritas. Fonte: WEIMER, Günter. *A vida cultural e a arquitetura na República Velha Rio-grandense 1889-1945*. 1ed, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

⁵ Fábrica têxtil fundada em 1873 no município de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul, por Carlos Guilherme Rheingantz, em sociedade com Miguel Tito Sá e Herman Vater. A Fábrica *Rheingantz*, ou União Fabril



Figura 1 – Edifício da Delegacia da Polícia Federal do município de Rio Grande, RS
Fonte: <https://ssl.panoramio.com/>

A edificação revela uma íntima relação com a formação portuária da cidade do Rio Grande, uma vez que foi a primeira sede da secretaria do porto do município. Em 20 de dezembro de 1890, o Governo Provisório, sob o comando do Marechal Deodoro da Fonseca, decretou que a administração portuária do país fosse dividida em seis distritos marítimos ao longo do litoral brasileiro, criando em cada um, uma inspetoria encarregada de inspecionar e promover serviços de melhoramentos dos respectivos portos e canais, além de controlar a entrada e saída de embarcações no país. Configuravam os seis distritos marítimos: 1º Distrito: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Ceará; 2º Distrito: Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Pernambuco; 3º Distrito: Sergipe e Bahia; 4º Distrito: Espírito Santo, Rio de Janeiro e Capital Federal; 5º Distrito: São Paulo, Paraná e Santa Catarina; 6º Distrito: Rio Grande do Sul. (ALVES, 2008, p. 251). Dessa forma, o sexto distrito, referente ao estado do Rio Grande do Sul, tinha sede no município de Rio Grande.

Em 1891, o edifício, o qual pertencia ao engenheiro Delfino Lorena de Souza, é vendido à Fazenda Nacional, representada pelo Dr. Ernesto de Otero, engenheiro chefe da Comissão de Obras da Barra e do Porto do Rio Grande do Sul. Juntamente com o prédio, foi adquirido um terreno contíguo, cuja área corresponde a 400 m². Conforme o jornal Diário do Rio Grande⁶, na edição do dia 3 de janeiro de 1891, o edifício fora adquirido pela União com a intenção única de sediar a administração portuária da cidade, ao noticiar:

como também era conhecida, impulsionou o processo de industrialização e urbanização na cidade a partir do século XIX. As edificações pertencentes à fábrica foram sendo construídas após 1884 constituindo uma vila operária ao lado da fábrica.

⁶ JORNAL DIÁRIO DE RIO GRANDE. Rio Grande, 3 de janeiro de 1891.

(...) pela Comissão das Obras da Barra e do Porto de Rio Grande foi effectuada a compra da casa e o terreno contíguo, situados à rua General Ozório e pertencentes a Exma. Sr.^a D. Maria Antônia Lorena, pela quantia de 42:000\$000.

Ressalta-se que neste período, Rio Grande, cidade-berço do estado do Rio Grande do Sul, vivenciava um intenso processo de urbanização e industrialização com a construção das estradas de ferro e dos molhes da Barra⁷, além da formação do porto e do setor industrial. Esse desenvolvimento urbano e industrial se intensificou nos primeiros anos de 1900, com a chegada da Compagnie Française du Port de Rio Grande, companhia francesa responsável pelas obras públicas no município. Além de sediar a secretaria da Intendência do VI Distrito portuário, o edifício também abrigou o setor administrativo da empresa francesa. O contrato entre o governo brasileiro e a Compagnie Française du Port de Rio Grande compreendia, num primeiro momento, um período de dez anos, sendo estendido posteriormente.

No terreno contíguo ao edifício, adquirido pela Fazenda Nacional durante a compra do prédio, foi construído um torreão, no qual se instalaram as oficinas. Nestas eram realizadas as observações e previsões meteorológicas a fim de auxiliar a entrada e saída das embarcações na costa riograndina.

Após o término das obras, na década de 20, a Compagnie Française du Port de Rio Grande extingue-se e no edifício instala-se o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN), órgão integrado ao Ministério do Trabalho, responsável por fiscalizar o funcionamento do porto e da costa marítima do município, no que se refere à entrada e saída das navegações. Neste período, além de sediar a secretaria e o setor administrativo do departamento, o prédio também foi residência para os diretores gerais e suas famílias, servindo, neste caso, como uma edificação mista, ou seja, de ordem administrativa e residencial.

O Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis – DNPVN – atuou na gestão portuária do país até 1975, sendo substituído neste ano pela empresa pública brasileira Portobrás (Empresa de Portos do Brasil S.A), a qual assumiria a administração e a política portuária brasileira.

Em decorrência desta substituição, em 1975 o edifício assume a sede administrativa da Portobrás, servindo concomitantemente como residência para os diretores e engenheiros

⁷ Os molhes da barra (quebra-mares) são duas barreiras que adentram no Oceano Atlântico, tendo como função manter constante a profundidade do canal de acesso o porto da cidade do Rio Grande, e deste à Laguna dos Patos até Porto Alegre e pequenos portos fluviais. Fonte: PAULITSCH, Vivian S. *Rheingantz: Uma vila operária em Rio Grande*. 1ed, Rio Grande: ed. da FURG, 2009.

da empresa e suas respectivas famílias.

Com o fim da empresa, no início da década de 90, sob o governo de Fernando Affonso Collor de Mello, o edifício assume outro tipo de função administrativa, com fins de Delegacia, além do departamento para emissão de passaportes no município. A edificação mantém estes departamentos públicos até a contemporaneidade. A historicidade do município de Rio Grande, sua formação urbana, industrial, econômica e sociocultural foi profundamente influenciada pela construção, pelo desenvolvimento e pela ação do porto da cidade. Estas redes de relações estabelecidas entre a sociedade e o setor portuário marcaram de forma decisiva a construção da identidade de Rio Grande. Com base nessa proposição, é fundamental que a comunidade riograndina compreenda a edificação referida como um patrimônio histórico e cultural que detém a memória e a história da cidade.

Entre causas e consequências: A (in)visibilidade do patrimônio

Em um mundo completamente automatizado, no qual as relações se processam de forma sistemática e mecânica, o olhar do sujeito em relação ao espaço em que ocupa e o circunda reflete um aceleração da percepção e, sobretudo, um olhar superficial. Este aceleração da percepção conduz o sujeito a um olhar técnico, inibindo-o de perceber os diferentes espaços da cidade como espaços históricos, sociais e culturais. Diversos são os fatores que conduzem os sujeitos a esta percepção mecânica, sistemática e técnica em relação ao mundo e aos espaços que o constituem. Este olhar objetivo e superficial é fruto de uma sociedade que vive em meio a uma realidade automatizada, tecnológica e mecânica que o inibe de perceber estes espaços como espaços de potencialidades, como templos nos quais residem a história e a memória da cidade. Este processo de automatização reflete diretamente nas relações entre as pessoas com o outro, com os espaços e com o mundo, resultando em relações efêmeras, passageiras, superficiais e sem intensidade na ação. Esta lógica da obsolescência, em que o que se valoriza é o temporário e não mais aquilo que é sólido⁸, reflete diretamente na construção e na configuração espacial das cidades modernas e, desse modo, Leonardo B. Castriota argumenta:

A sociedade industrial moderna, com sua lógica da obsolescência programada, destrói sistematicamente qualquer quadro estável de referências, num processo de renovação incessante de usos e costumes, imagens e valores. Nela, nada pode durar mais do que o tempo necessário para ser consumido pelo mercado, e mesmo o mais novo deve se tornar rapidamente antiquado. Nesse quadro a arquitetura e a própria cidade, que em princípio constituiriam estruturas duráveis, passam, também, a fazer parte daquela “via das cinzas”. (2009, p. 81-82)

⁸ Estas relações efêmeras e superficiais configuram o que o filósofo polonês Zygmunt Bauman define como “modernidade líquida”, isto é, uma realidade fundamentada na fluidez de uma sociedade conduzida pelo consumo, em que o que se valoriza é o temporário e não mais aquilo que é sólido e permanente, no que o filósofo denomina de “modernidade sólida” (BAUMAN, 2001).

Acerca desta lógica da obsolescência, Castriota faz uma análise sobre a formação das cidades latino-americanas e europeias, observando que as edificações não são construídas para permanecerem por um longo tempo, mas são erguidas com uma intenção futura de serem modificadas e reconstruídas. O arquiteto-urbanista utiliza como aporte teórico, o pensamento do antropólogo francês Claude Lévi-Strauss sobre as cidades latino-americanas, o qual afirma que “nas cidades do Novo Mundo, impressiona-lhe a ‘falta de vestígios’, que reconhece como um elemento de sua significação: a sua obsolescência é rápida demais, significando o passar dos anos para elas não uma ‘promoção’, como na Europa, mas ‘uma decadência’.” (CASTRIOTA, 2009, p.82)

Este olhar superficial, mecânico e automatizado, somado com a lógica da obsolescência, na qual tudo torna-se obsoleto e precisa ser modificado e transformado, reflete na sociedade uma ausência de significação desta acerca do patrimônio histórico e cultural, inibindo qualquer sentimento de pertencimento. No entanto, deve-se considerar que esta falta de identificação e significação do sujeito para com o patrimônio não é apenas resultado destes processos técnicos e econômicos, mas também é fruto de um histórico complexo, que abrange desde a ausência de políticas públicas que fomentem a valorização e a aproximação da comunidade para com o patrimônio histórico, artístico e cultural até a problemática do distanciamento geográfico entre o centro histórico e a população residente nas áreas periféricas das cidades.

Com base nessas proposições, apesar de estar situado no centro histórico do município, de apresentar um estilo arquitetônico semelhante a um palacete e de ter sediado importantes órgãos públicos no decorrer da história, o edifício hoje revela uma invisibilidade que transpassa seus aspectos formais e materiais, refletindo na sociedade um desconhecimento acerca deste patrimônio na formação histórica, artística e cultural da cidade do Rio Grande. Neste sentido, diversos são os fatores que contribuem para a invisibilidade, quais sejam: o primeiro fator é de ordem espacial, uma vez que o gabarito estreito da rua não propicia o pedestre de perceber a presença e a imponência arquitetônica desta edificação. Este aspecto espacial pode contribuir e refletir na população este olhar superficial sobre o edifício. Ainda no âmbito espacial e geográfico, observa-se um distanciamento entre a população residente das áreas periféricas e o centro histórico do município de Rio Grande, propiciando uma falta de contato e interação entre sujeito e objeto.

Ademais, outro fator que resulta na invisibilidade e na insipiência da comunidade é a sua possível falta de identificação com a edificação. Corroborando com a educadora Sônia Regina Rampim Florêncio, “é preciso o enfrentamento do desafio de encarar a problemática de que, no Brasil, nem sempre a população se identifica ou se vê no conjunto do que é reconhecido oficialmente como patrimônio cultural nacional.” (2012, p. 24).

Nesta perspectiva, para que o indivíduo se reconheça e enxergue a história da sua cultura, faz-se necessário que ele estabeleça relações entre suas vivências e experiências com o patrimônio do qual é pertencente. Em outras palavras, para que a comunidade

riograndina perceba o edifício como um templo de memória e de história da cidade, é fundamental que estabeleça relações de modo que enxergue sua cultura e seu cotidiano neste patrimônio. A respeito desta rede de relações que deve ser construída entre o sujeito e o objeto a fim de desenvolver uma significação mútua, Florêncio argumenta:

(...) os processos educacionais que tenham como o foco o patrimônio cultural são mais efetivos quando integrados às demais dimensões da vida das pessoas. Em outras palavras devem fazer sentido e serem percebidos nas práticas cotidianas. (2012, p.23)

O edifício também sedia atualmente o órgão responsável pela emissão de passaportes no município e, sob a óptica do passageiro, é interessante refletir que o indivíduo ao ocupar o espaço da edificação solicita a oportunidade de acesso e de contato com outras culturas e identidades, todavia desconhece a significação do prédio e a contribuição na formação da sua própria identidade e cultura. Este fato é decorrente desta falta de identificação indicada por Florêncio.

Mediação cultural e educação: aproximações com o patrimônio histórico e cultural

Conforme referido, de acordo com Florêncio, a falta de identificação entre o sujeito e o seu patrimônio histórico e cultural tem como uma de suas causas, o distanciamento espacial e temporal entre o patrimônio e as dimensões da vida cotidiana do indivíduo. Neste sentido, a mediação cultural é uma importante ferramenta a fim de reduzir este distanciamento e ampliar o contato e a interação do sujeito com o seu patrimônio. Esta mediação cultural deve se configurar na forma de um colóquio, estabelecendo relações entre o objeto (neste caso, o patrimônio histórico e cultural) e o indivíduo, de modo que este se sinta instigado pelo objeto. Nesta lógica, destaca-se a importância do papel do mediador, isto é, aquele que com sua narrativa irá instigar e construir juntamente com o sujeito um significado para este objeto. No ato de mediar, dois fatores são determinantes para esta construção de significados, são eles o próprio objeto mediado e a intencionalidade da narrativa do mediador:

Estes dois fatores determinarão o direcionamento da narrativa do mediador, que deve contemplar informações sobre o objeto a ser investigado e provocar questionamentos no debate com o público a fim de construir, em conjunto, um sentido para aquela imagem desvelada e oportunizar leituras individuais. (PANTOJA; MORAIS; PONTES, 2010, p. 57)

Para o edifício que é tema desta pesquisa, propõe-se uma mediação cultural com a finalidade de resgatar a memória e a história da cidade e do porto e dos molhes da Barra. Esta mediação deve contemplar as diferentes funções que o edifício exerceu e sua relevância na construção da cultura e da identidade riograndina. Em outras palavras, devem aproximar as características e as especificidades da edificação, de modo que o indivíduo possa enxergar

a história de sua cidade por meio do patrimônio. Em contrapartida, pretendemos evitar uma mediação cultural⁹ que valoriza apenas a transmissão de conhecimentos e saberes entre o mediador e o sujeito para que está mediando. Sobre esta tipologia de mediação, orienta Florêncio:

Não bastam a “promoção” e a “difusão” de conhecimentos acumulados no campo técnico da preservação do patrimônio cultural. Trata-se, essencialmente, da possibilidade de construções de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural. (2012, p. 24)

No decorrer desta pesquisa, funcionários que trabalhavam na Portobrás – órgão integrado ao Ministério do Trabalho que atuava na fiscalização da costa marítima da cidade, sendo sediada no edifício apresentado – foram entrevistados com a finalidade de coletar informações acerca do uso da edificação. Entre os funcionários entrevistados, um engenheiro afirmou ter residido no prédio durante um período de tempo, até a extinção do órgão fiscalizador na década de 90. Na sua narrativa, uma série de histórias e estórias foi contada, histórias estas que contemplavam desde a historicidade da cidade e da edificação até suas vivências pessoais. A fala deste funcionário se configura na forma de uma história oral, sendo esta compreendida como patrimônio imaterial referente à memória, à história e à cultura riograndina. Acerca da amplitude do patrimônio cultural, corroboramos com Castriota no sentido em que “devem-se trabalhar todos os diversos suportes da memória – as edificações e os espaços, mas também os documentos, as imagens e as palavras” (2009, p. 86).

Para o edifício pesquisado, a mediação cultural¹⁰ propõe a inserção da história oral no seu processo, contemplando assim também o patrimônio imaterial da edificação. O sujeito ao ouvir a narrativa de um indivíduo que estabeleceu laços e relações de afeto com o edifício, estará não somente diante da história e da cultura do município, mas terá uma experiência concreta com o passado, seja por meio material, uma vez que estará diante da própria edificação, como também imaterial, ao ouvir as vivências e experiências de quem com ela estabeleceu uma relação de intimidade.

O indivíduo, ao estabelecer relações com o seu patrimônio, produz um conhecimento e um saber de cunho histórico e cultural, referente à memória do lugar, uma vez que será permeado por uma experiência concreta com o passado. A este conhecimento construído por meio da experiência com o passado, Horta designa como um conhecimento *a posteriori*, sendo este a base da educação patrimonial. (HORTA, p. 17).

⁹ Neste tipo de mediação cultural, o mediador não promove a participação e interação do sujeito no ato da mediação e, portanto, não reconhece nele um indivíduo capaz de construir significados próprios para o patrimônio.

¹⁰ Ressalta-se que a pesquisa se encontra na sua primeira etapa, isto é, coleta de informações e dados históricos, arquitetônicos e culturais acerca da edificação, bem como entrevistas de funcionários que atuaram no edifício em diferentes períodos históricos. Esta pesquisa de cunho histórico, arquitetônico, cultural e social é fundamental para a constituição e o planejamento da mediação cultural, sendo que esta encontra-se na sua fase de construção e, portanto, não foi desenvolvida até o momento.

Assim, a mediação deste projeto, ainda em fase de construção, objetiva despertar na sociedade riograndina o sentimento de pertencimento à edificação referida e deslocar seu olhar para as potencialidades deste local, como templo de história, memória e significado. Em outras palavras, é fazer com que o sujeito assuma sobre este patrimônio, o olhar do *flâneur* – indivíduo que na contramão do dinamismo e do ritmo urbano, se permite explorar os detalhes visuais, auditivos, táteis e olfativos das ruas da cidade e seus objetos – percebendo, portanto, as especificidades e as potencialidades da edificação sejam no seu aspecto histórico, social, estético e cultural. A edificação, por ter sediado os principais órgãos administrativos-portuários, contribuiu de modo determinante na formação da identidade e da cultura do município de Rio Grande como uma cidade portuária. Nesta perspectiva, a mediação cultural propõe instigar a comunidade riograndina a perceber estas contribuições e seus reflexos tanto na história como na contemporaneidade e de que modo estas contribuições reverberam na formação de sua identidade.

Nota de pesquisa recebida em 31 jan. 2017

Nota de pesquisa aprovada para publicação em 15 mar. 2017

Referências

ALVES, F. N. *Porto e Barra do Rio Grande: história, memória e cultura portuária*. 1ed, Porto Alegre: CORAG, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. 1ed, Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CASTRIOTA, Leonardo B. *Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas e instrumentos*. 1ed, São Paulo: Annablume, 2009.

FLORÊNCIO, S. R. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila B. (org.). *Educação Patrimonial: Reflexões e Práticas*. 1ed, João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

GONÇALVES, J. R. S. Os museus e a cidade. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 1ed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2003.

HORTA, M. L. P. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: BARRETO, E. A.;

BEZERRA, M.; CAIXETA, M. J. C.; D'OSVUALDO, V. L. A.; FREIRE, L. R.; ZARATIM, J. B. (org.). *Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados*. 1ed, Goiânia: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2010.

KOCH, Wilfried. *Dicionário dos Estilos Arquitetônicos*. 1ed, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3a ed, Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

MORAES, Isabela de O.; PANTOJA, Inaiá.; PONTES, Neila. *Mediação cultural em museus: indicações para a transformação do olhar*. vol. 1, Museus: patrimônios de todos, Recife, 2010, p. 53-59.

RODRIGUES; Rúbia, da S.; CUCHIARA, Paulo, R. de M.; SILVA, Antônio, C. dos S. *Diretrizes para restauração do prédio da Delegacia de Polícia Federal*. Rio Grande: Prefeitura Municipal, 1998.

PAULITSCH, Vivian S. *Rheingantz: Uma vila operária em Rio Grande*. 1ed, Rio Grande: Editora da FURG, 2008.